COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" Carapicuíba

CNPJ. : 66.518.267/0025-50

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - (em Reais)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	934.178,82	4.932.863,65
Adiantamentos a Fornecedores		273.022,00	16.293,84
Adiantamentos a Empregados	5	345.554,14	43.525,71
Adiantamentos para Despesas		259,69	-
Outros Créditos	6	56.897,44	76.333,78
Estoques	7	2.729.507,02	2.460.729,89
Despesas Antecipadas	10	91.869,69	86.290,57
		4.431.288,80	**7.616.037,44**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	408.412,14	-
Intangível	9	8.619,12	-
		417.031,26	-
Total do Ativo		**4.848.320,06**	**7.616.037,44**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2021	2020
Passivo Circulante			
Fornecedores		6.565.850,11	6.403.557,28
Obrigações Trabalhistas	11	3.108.644,43	2.716.805,54
Obrigações Sociais e Fiscais	12	1.712.307,22	1.380.199,44
Contas a Pagar		354.726,57	204.655,33
Provisões para Férias e Encargos	13	5.927.819,33	5.875.460,32
Provisão para Contingências	14	986.780,76	-
		17.525.090,24	**16.580.677,91**
Passivo não Circulante			
Bens Públicos em Nosso Poder	15	417.031,26	-
		1.548.069,44	**1.131.038,18**
Patrimônio Líquido Social			
Patrimônio Social		(10.095.678,65)	-
Dotação Inicial	16	-	(6.545.307,14)
Déficit do Exercício		(4.129.160,97)	(3.550.371,51)
		(14.224.839,62)	**(10.095.678,65)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.848.320,06**	**7.616.037,44**

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas Líquidas	17	**130.148.082,74**	**21.100.000,00**
Contrato de Gestão nº 43104/2020	18	130.565.114,00	21.100.000,00
Realização de Bens Públicos em nosso poder		17.771,34	-
(-)Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado		(434.802,60)	-
Custos		**(129.774.616,83)**	**(23.177.720,78)**
Pessoal e Reflexos	20	(57.629.698,48)	(12.626.241,17)
Serviços Terceirizados	21	(45.196.342,28)	(7.293.637,86)
Medicamentos e Materiais de Consumo	22	(26.948.576,07)	(3.257.841,75)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	27	(14.086.072,11)	(2.873.039,46)
(-) Isenção da CPP Usufruída	27	14.086.072,11	2.873.039,46
(=) Resultado Bruto		**373.465,91**	**(2.077.720,78)**
Despesas		**(6.314.725,88)**	**(1.943.621,11)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(348.104,78)	(356,56)
Despesas Gerais	23	(5.966.621,10)	(812.226,37)
Provisões para Contingências		-	(1.131.038,18)
Outras Receitas Operacionais		**1.639.455,88**	**471.006,14**
Despesas com Doações e Auxílio		(29.444,03)	-
Receitas com Doações		219.659,00	14.168,07
Outras Receitas		1.449.240,91	456.838,07
(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras		**(4.301.804,09)**	**(3.550.335,75)**
Resultado Financeiro	19	**172.643,12**	**(35,76)**
Receitas Financeiras		179.128,10	204,34
Despesas Financeiras		(6.484,98)	(240,10)
Déficit do Exercício		**(4.129.160,97)**	**(3.550.371,51)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências Patrimoniais	-	-	(6.545.307,14)	(6.545.307,14)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(3.550.371,51)	-	(3.550.371,51)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(3.550.371,51)**	**(6.545.307,14)**	**(10.095.678,65)**
Incorporação do Superávit/Déficit	(3.550.371,51)	3.550.371,51	-	-
Incorporação de Dotação Inicial	(6.545.307,14)	-	6.545.307,14	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(4.129.160,97)	-	(4.129.160,97)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(10.095.678,65)**	**(4.129.160,97)**	**-**	**(14.224.839,62)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(4.129.160,97)	(3.550.371,51)
Dotação Inicial	-	(6.545.307,14)
(Aumento) Redução do Ativo	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	(256.728,16)	(16.293,84)
Adiantamentos a Empregados	(302.028,43)	(43.525,71)
Adiantamentos para Despesas	(259,69)	-
Outros Créditos	19.436,34	(76.333,78)
Estoques	(268.777,13)	(2.460.729,89)
Despesas Antecipadas	(5.579,12)	(86.290,57)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	162.292,83	6.403.557,28
Obrigações Trabalhistas	391.838,89	2.716.805,54
Obrigações Sociais e Fiscais	332.107,78	1.380.199,44
Provisões para Férias e Encargos	52.359,01	5.875.460,32
Provisão para Contingências	(144.257,42)	1.131.038,18
Outras Obrigações	150.071,24	204.655,33
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(3.998.684,83)	4.932.863,65
Atividades de Investimento	-	-
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(445.507,83)	-
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	10.705,23	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(434.802,60)**	**-**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	434.802,60	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**434.802,60**	**-**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(3.998.684,83)**	**4.932.863,65**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	4.932.863,65	-
Disponibilidades no Final do Exercício	934.178,82	4.932.863,65
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(3.998.684,83)**	**4.932.863,65**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SES-PRC-2020/43104, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 04 de novembro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuíba** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão terá início na data de sua assinatura, sendo o encerramento em 01/12/2023. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R$ 400.900.000,00. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. • **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado (quando aplicável): Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): Reconhecimento, mensuração e amortização**: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. • **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2021	2020
Bancos - Conta Movimento		
Banco do Brasil S.A.	5.671,11	2.659,31
Bancos - Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	928.507,71	4.930.204,34
	934.178,82	**4.932.863,65**

5. Adiantamentos a Empregados	2021	2020
Adiantamentos de Férias	345.554,14	43.525,71
	345.554,14	**43.525,71**

6. Outros Créditos	2021	2020
Estacionamento	51.661,65	73.447,56
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	5.235,79	2.886,22
	56.897,44	**76.333,78**

7. Estoques	2021	2020
Dietas Parenterais	9.010,25	732,26
Nutrição Enteral	26.241,61	35.212,86
Material de Laboratório/Reagente	48.203,99	9.247,08
Medicamentos	834.365,09	764.197,34
Material Médico Hospitalar	956.647,94	972.077,05
OPME	57.842,97	610,00
Mat. Expediente/Escritório	157.971,67	-
Material de Manutenção	112.368,15	60.039,31
Material de Informática	10.215,33	9.650,73
Material de Limpeza	142.341,84	74.899,98
Instrumental Cirúrgico	24.231,34	29.000,09
Material e EPI	45.285,58	78.550,84
Material Cirúrgico	15.555,95	-
Gêneros Alimentícios	58.520,84	113.509,04
Utensílios de Copa	6.954,57	13.172,57
Impressos e Materiais de Expediente	-	178.837,97
Peças e Acessórios	157.561,28	109.475,99
Uniformes e Rouparia	30.372,22	11.516,78
Utensílios Diversos	35.816,40	-
	2.729.507,02	**2.460.729,89**

8. Imobilizado			
Imobilizado de Gestão Pública	**Taxa**	**2021**	**2020**
Equipamentos de Uso Médico	10%	262.437,00	-
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	11.176,80	-
Equipamentos de Informática	20%	70.974,05	-
Móveis e Utensílios	10%	79.660,51	-
(-) Depreciação Acumulada		(15.836,22)	-
		408.412,14	**-**

9. Intangível			
Intangível de Gestão Pública	**Taxa**	**2021**	**2020**
Direito de Uso de Sistemas	20%	10.554,24	-
(-) Amortização Acumulada		(1.935,12)	-
		8.619,12	**-**

10. Despesas Antecipadas	2021	2020
Sodexo Pass do Brasil	91.869,69	86.290,57
	91.869,69	**86.290,57**

11. Obrigações Trabalhistas	2021	2020
Salários a Pagar	2.943.536,06	2.680.692,84
Pensão Alimentícia a Pagar	9.055,5	7.710,12
Rescisões a Pagar	156.052,87	21.608,76
Benefícios a Pagar	-	6.793,82
	3.108.644,43	**2.716.805,54**

12. Obrigações Sociais e Fiscais	2021	2020
INSS sobre Salários a Recolher	320.286,39	295.508,29
FGTS a Recolher	541.885,39	419.101,50
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	5.851,07	4.004,70
IRRF sobre Salários a Recolher	613.667,74	450.146,64
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	58.497,03	44.986,99
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	183.500,80	139.941,67
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	19.593,63	13.019,14
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	7.659,14	13.490,51
	1.750.941,19	**1.380.199,44**

13. Provisões para Férias e Encargos	2021	2020
Provisão para Férias	5.488.054,14	5.440.883,65
Provisão para FGTS sobre Férias	439.765,19	434.576,67
	5.927.819,33	**5.875.460,32**

14. Provisões para Contingências	2021	2020
Provisão para Contingências Cíveis	801.275,04	84.443,85
Provisão para Contingências Trabalhistas	185.505,72	1.046.594,33
	986.780,76	**1.131.038,18**

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. **15. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 417.031,26 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **16. Dotação Inicial:** Em 04 de novembro de 2020, foi registrado como dotação inicial o montante de R$ 6.545.307,14, decorrentes de saldos recebidos na transição das operações do gestor anterior para o CEJAM, sendo está importância registrada em suas contas de origem como entrada de saldo em contrapartida da conta de Dotação Inicial, da seguinte forma:

Descrição da Contrapartida	**Dotação Inicial**
Adiantamento de 13º Salários	277.205,03
Adiantamento de Férias	205.488,21
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	(731,88)
Estoques	1.496.722,10
Provisões para 13º Salários e Encargos	(2.793.239,41)
Provisões para Férias e Encargos	(5.730.751,19)
	(6.545.307,14)

17. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

18. Receita com Contrato de Gestão	2021	2020
Janeiro	10.550.000,00	-
Fevereiro	10.434.909,00	-
Março	10.434.909,00	-
Abril	10.434.909,00	-
Maio	11.309.909,00	-
Junho	12.184.909,00	-
Julho	11.434.909,00	-
Agosto	10.434.909,00	-
Setembro	11.434.909,00	-
Outubro	10.482.149,00	-
Novembro	10.458.529,00	10.550.000,00
Dezembro	10.970.164,00	10.550.000,00
	130.565.114,00	**21.100.000,00**

continua

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 12 de abril de 2022 às 05:02:37

continuação

19. Receitas e Despesas Financeiras	**2021**	**2020**
Rendimentos de Aplicações Financeiras	179.128,10	204,34
(-) Tarifas Bancárias	(1.170,75)	(148,30)
(-) Juros Bancários	(4.551,77)	(88,72)
(-) Juros e Multa sobre Impostos	(762,46)	(3,08)
	172.643,12	**(35,76)**

20. Pessoal e Reflexos	**2021**	**2020**
Ordenados e Adicionais	40.453.843,80	9.499.308,11
13º Salários	3.807.890,81	537.238,88
Férias	5.481.866,44	905.670,00
Indenizações e Avisos Prévios	720.230,96	59.909,81
Benefícios	3.211.000,61	491.258,44
Contribuições ao FGTS	3.954.865,86	1.132.855,93
	57.629.698,48	**12.626.241,17**

21. Serviços Terceirizados	**2021**	**2020**
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas	37.276.087,29	5.287.307,17
Serviços Médicos - Pessoas Físicas	1.255.920,14	326.697,27
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	6.664.334,85	1.679.633,42
	45.196.342,28	**7.293.637,86**

22. Medicamentos e Materiais de Consumo	**2021**	**2020**
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	20.495.850,51	2.456.338,42
Materiais de Consumo	5.170.701,4	695.084,55
Materiais de Conservação	601.914,4	16.562,41
Outros Materiais e Insumos	680.109,76	89.856,37
	26.948.576,07	**3.257.841,75**

23. Despesas Gerais	**2021**	**2020**
Contas de Consumo	3.292.139,67	479.557,15
Aluguéis	2.637.898,51	332.035,50
Administrativas	8.931,06	633,72
Outras Despesas Gerais	27.651,86	-
	5.966.621,10	**812.226,37**

24. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **25. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **26. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas):** O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)** renovado, com validade pelo período de **30 de novembro de 2015** a **29 de novembro de 2018**. Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que: "§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado." A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária. **27. Isenções Previdenciárias (Cota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R$ 14.086.072,11 e em 2020 foi de R$ 2.873.039,46 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	**2021**	**2020**
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(13.834.888,08)	(2.807.700,01)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(251.184,03)	(65.339,45)
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	13.834.888,08	2.807.700,01
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	251.184,03	65.339,45
	-	**-**

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13. **28. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2021.

Monica de Souza Bomfim Pinheiro - Diretora Técnica **Edson de Melo -** Coordenador Contábil e Financeiro CRC nº SP200665/O-7

Relatório do Auditor Independente
Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" Carapicuíba,** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O **Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" Carapicuíba,** vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios, resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo"; esse evento ou condição indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, - 06 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados -** CRC/SP 2SP - 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior -** Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
Hospital Geral de Carapicuiba / Hospitalar - Período: De 01 até 12/2021

Saídas Hospitalares em Clínica	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Clínica Médica	1200	1251	1200	1337	2400	2588	**7,83**
Obstetrícia	2400	2312	2400	2190	4800	4502	**-6,21**
Pediatria	720	673	720	683	1440	1356	**-5,83**
Psiquiatria	132	130	132	130	264	260	**-1,52**
Total	**4452**	**4366**	**4452**	**4340**	**8904**	**8706**	**-2,22**

Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgicas	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Eletivas	2610	553	2610	1285	5220	1838	**-64,79**
Urgências	1110	1235	1110	1369	2220	2604	**17,30**
Total	**3720**	**1788**	**3720**	**2654**	**7440**	**4442**	**-40,30**

Hospital Dia Cirúrgico / Cirúrgia Ambulatoriais	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Cirurgia Hospital Dia	690	133	690	83	1380	216	**-84,79**
Cirurgias Ambulatoriais	600	242	600	320	1200	562	**-53,17**
Total	**1290**	**375**	**1290**	**403**	**2580**	**778**	**-69,84**

Urgência / Emergência	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Consultas de Urgência	21558	18165	21558	18988	43116	37153	**-13,83**
Total	**21558**	**18165**	**21558**	**18988**	**43116**	**37153**	**-13,83**

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
Hospital Geral de Carapicuiba / Ambulatorial - Período: De 01 até 12/2021

Consultas Médicas	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Primeiras Consultas Rede	4980	2599	4980	3891	9960	6490	**-34,84**
Interconsultas	1800	344	1800	301	3600	645	**-82,08**
Consultas Subseqüentes	20202	16953	20202	20202	40404	37155	**-10,39**
Total	**26982**	**19896**	**26982**	**24394**	**53964**	**44290**	**-19,69**

Consultas Médicas por Telemedicina	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Primeiras Consultas Rede	0	1	0	0	0	1	**0**
Interconsultas	0	3	0	0	0	3	**0,00**
Consultas Subseqüentes	0	150	0	0	0	150	**0,00**
Total	**0**	**154**	**0**	**0**	**0**	**154**	**0**

Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	
Primeiras Consultas Rede	900	515	900	850	1800	1365	**-24,17**
Interconsultas	1920	3107	1920	2814	3840	5921	**54,19**
Consultas Subseqüentes	0	193	0	155	0	348	**0**
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	20400	21736	20400	21933	40800	43669	**7,03**
Total	**23220**	**25551**	**23220**	**25752**	**46440**	**51303**	**10,47**

SADT Externo	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Diagnóstico por Radiologia	3600	872	3600	3172	7200	4044	**-43,83**
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	1800	1315	1800	2510	3600	3825	**6,25**
Diagnóstico por Tomografia	2700	3264	2700	3497	2700	6761	**25,2**
Diagnóstico por Endoscopia	900	284	900	682	1800	966	**-46,33**
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2100	1837	2100	1521	4200	3358	**-20,05**
Total	**11100**	**7572**	**11100**	**11382**	**19500**	**18954**	**-14,62**

Tratamento Clínicos	**1º Sem/2021**		**2º Sem/2021**		**Total 2021**		
	Cont.	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**%**
Tratamento Nefrologia - Diálise Peritoneal	120	125	120	98	240	223	**-7,08**
Tratamento Nefrologia - Sessão Diálise	9360	8984	900	7787	10260	16771	**-10,41**

Prodesp
Sua conexão com o futuro.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 12 de abril de 2022 às 05:02:37